

Simpósio Temático:

**Novos mapas e mapeamentos urbanos: alternativas para a análise e a representação das cidades em abordagem interdisciplinar**

Título do trabalho:

**Cartografias: produção de saberes, subjetividades e cidades**

Carolina Ferreira da Fonseca

Doutoranda Urbanismo – PPGAU/ UFBA

**Resumo**

A presente proposta de trabalho compreende uma abordagem teórico-reflexiva acerca da idéia de produção cartográfica, mapeamento, relações de poderes e micro-poderes. Propõe-se uma articulação entre a filosofia da multiplicidade, cunhada pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, as explorações cartográficas narradas por Suely Rolnik, a microfísica do poder formulada por Michel Foucault e as questões levantadas por Michel de Certeau acerca de mapas e itinerários. Discute-se a instauração de hegemonias e dissidências, ou poderes e micro-poderes na prática cartográfica, analisadas a partir do urbanismo, definido nesta abordagem como o campo de convergência, onde vetores de forças desestabilizam e estratificam inúmeros pressupostos legitimadores desta prática.

**Palavras chaves:** cartografias – deslocamento – produção

## **Cartografias: produção de saberes, subjetividades e cidades**

### **Primeiras aproximações: relações de poderes na produção cartográfica**

Cartografias e mapas são agenciamentos de complexas interações, de estreitas e mútuas implicações. A problematização deste tema neste texto circunscreve-se à abordagem foucaultiana cunhada pela tríade saber- poder- modo de subjetivação e às intersecções urbanismo-cartografia-filosofia. Assim, algumas variações inerentes às múltiplas historicidades e sentidos destes termos – mapas e cartografias- por certo serão suprimidas, pelo esforço focal desta abordagem.

Cada conjectura histórica-social define circunstâncias singulares, no que se refere às formas de expressão, à linguagem, à técnica, à seleção de informação, aos modos de subjetivação, de circulação e de apropriação destes agenciamentos. As variações circunstanciadas por tais conjecturas ora aproximam mapas e cartografias ora, distanciam-nos, atribuindo-lhes significados até mesmo distintos.

O pressuposto de historicizar as idéias assegura a reflexão de equívocos anacrônicos, recorrentes em estudos sobre mapas e cartografias, que privilegiam a lógica da origem e da continuidade. Tais investigações inserem a produção de mapas numa trajetória linear e contínua que inicia com civilizações anteriores à Idade Cristã e alcança a contemporaneidade. A presente abordagem parte do pressuposto das contingências históricas relativas a este tema, que encontram ressonância no campo do urbanismo, ao instaurarem outras estratégias no fazer cartográfico.

As contingências articuladas nesta discussão referem-se principalmente aos deslocamentos da prática cartográfica em diversos campos da produção do conhecimento, com foco específico para os operados pela filosofia, artes e psicologia, que repercutem no urbanismo. Os deslocamentos entre os campos supracitados desestabilizam algumas estratificações dos poderes imanentes aos processos de legitimação dos saberes e modos de subjetivação.

A dimensão de poder compreendida a partir da microfísica, analítica cunhada por Foucault, nega a idéia de poder como algo unilateral, onipresente e repressor e propõe pensá-lo como algo produtor de relações, de disputas, de perdas e ganhos encadeadas e não conclusivas.

*Rigorosamente falando o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poderes. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, que funciona como uma*

*máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. (MACHADO, apud FOUCAULT, 1999: XIV)*

A idéia de maquinaria é retomada nesta passagem e aprofunda as questões da maquinaria social articuladas inicialmente por Guattari para a discussão de subjetividade. O poder como dimensão imanente ao funcionamento desta maquinaria, que se configura em sistemas extra-pessoal e infra-pessoal (Guattari, 2005). Poder enquanto fluxo que se dissemina, atravessa e arrasta todas as relações da estrutura social. Provoca variações, estratificações, mudanças de natureza, de direção, de posição, de sentido, neste caso, das formas de expressão e conteúdo engendrados pelas re-significações da cartografia nos campos disciplinares focados.

A dimensão do poder implicada no fazer cartográfico equaciona sistemas de autoridades disciplinares, que se estratificam a partir da criação de uma linguagem sectária, de circuitos específicos de circulação-produção e não se encerram na imagem que formam de determinado processo. Passam a co-determinar os próprios processos e relações cartografadas.

As hegemonias criadas por determinado posicionamento ético-estético-político de uma cartografia possuem um campo de reverberação cujas delimitações são praticamente indiscerníveis. Trata-se da dimensão de poder no sentido do funcionamento da maquinaria social, que opera travessias espaços-temporais complexas. As cartografias europeias do período da colonização não significam somente a representação de um processo em curso, mas também a própria criação de estratégias de efetivação deste.

Os modos de subjetivação destas “descobertas”, “mundos” e seus domínios não permanecem estacionados espaço-temporalmente. São substratos de outras relações, pois produzem territórios ao estabelecerem hierarquias, estratificarem-se em registros e consolidarem imaginários. Uma reflexão extraída do texto “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias” de Maricato (2002) abre esta discussão para o foco específico do interesse pelo estudo das cartografias, a questão urbana.

Articulando as relações entre lugar e idéias com a produção de cartografias, no sentido da produção de conhecimento, subjetividades e cidades deflagra-se a dimensão de poder e das hegemonias. A produção das cidades também se faz pelo

que as cartografias ignoram propositalmente, pelos lugares não incorporados às idéias e, por conseguinte, pelas idéias que não apreendem de fato os lugares. A análise da autora atém-se aos desdobramentos desta relação no que tange a gestão e planejamento urbanos, à ação imobiliária e ideológica dos agentes neoliberais e aos meandros jurídicos e legislativos da política urbana que facilitam as ações engendradas por estes últimos.

*A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da “cidade oficial.” Ela não cabe nas categorias do planejamento moderno/funcionalista pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas (...) Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é de hábito sua ausência. (MARICATO, 2002: 122)*

Estes argumentos explicitam como o processo de exclusão urbana é operado pelas interações entre as instâncias saberes-poderes e modos de subjetivação, pressupostos que orientam o foco desta abordagem. No que tange as cartografias, ainda que se assuma um posicionamento distinto da idéia de “representação cartográfica”, tal como o exposto pela autora, sua formulação também revela como estas integram os mecanismos que fazem funcionar a maquinaria social.

O entendimento da prática cartográfica pelo viés da produção-criação em contraposição à representação de algo que existe a priori, no campo do urbanismo, figura a problemática central desta reflexão. Estes dois posicionamentos desdobram-se de formas de pensar distintas, que procedem por constituição de hegemonias e contra-hegemonias, tal como vetores de forças em constante interação. A diferença apontada refere-se aos deslocamentos da prática cartográfica em diversos campos do conhecimento conforme indicado acima e, ao esgotamento paradigmático evidenciado na passagem entre modernidade e pós-modernidade.

### **Deslocamentos da prática cartográfica entre diversos campos disciplinares**

A constituição de hegemonias e contra-hegemonias faz mover a maquinaria social em suas múltiplas dimensões, ao instaurarem poderes e micro-poderes

tencionados incessantemente. Ao aprofundar nos deslocamentos da prática cartográfica entre alguns campos de interesse para o pensamento urbanístico, depara-se com as estratégias dos poderes hegemônicos e dos micro-poderes implicados na produção das cidades e dos seus modos de subjetivação.

No campo disciplinar configurado pela sobreposição geografia-cartografia, observa-se o predomínio das convergências, da aproximação entre mapas e cartografias, numa relação de causa e efeito. Nesta abordagem, a prática cartográfica resulta em geral no mapeamento, objeto-síntese de uma pesquisa num espaço demarcado. A variável espaço, do ponto de vista do território Estado-nação, hierarquiza as demais ações-informações, pois ela configura via de regra o ponto inicial da pesquisa.

A pesquisa nestes campos cria hegemonicamente o regime de visibilidade centrado no espaço. Trata-se do eixo sobre o qual se organizam as demais variáveis, mesmo diante de uma geografia profundamente alterada pelos novos mecanismos de delimitação de territórios da globalização. A aproximação mapa-cartografia foi por muito tempo praticamente exclusividade destes campos disciplinares articulados.

A conjectura cientificista e positivista da modernidade engendrou a emergência e sedimentação do saber geográfico e cartográfico ao longo do século XIX. Observa-se uma conjectura marcada pela conformação das nações e das hegemonias europeia e norte-americana, em que o espaço revela-se a variável central dos investimentos produtivos do mundo social, e entre eles, das produções cartográficas. (HARLEY, 1987)

A hierarquização das variáveis na produção cartográfica altera-se nos deslocamentos entre os campos disciplinares supracitados. O espaço é uma variável de absoluta relevância no urbanismo, portanto, não se trata de desqualificar tais abordagens, mas de problematizar de que maneira se define o espaço deste fazer cartográfico.

O estatuto da objetividade e da transparência comprometem a abordagem micropolítica e microfísica da produção do espaço e, por conseguinte da produção cartográfica. A definição a priori de um espaço sobre o qual se investiga bloqueia as próprias re-configurações deste enquanto produção circunstanciada por inúmeras dimensões - culturais, sociais, cotidianas, temporais e etc. Dimensões sobrepostas

que impregnam as múltiplas conformações do espaço, atribuindo-lhe a condição contingente e opaca.

O enfoque do deslocamento da prática cartográfica abarca tanto a circulação entre os campos disciplinares supracitados, como aquela desencadeada no próprio campo. Estes movimentos enquanto instauradores de hegemonias e dissidências, ou poderes e micro-poderes na prática cartográfica, podem ser analisados a partir do urbanismo, definido nesta abordagem como o campo de convergência, onde vetores de forças desestabilizam e estratificam inúmeros pressupostos legitimadores deste fazer.

No âmbito da geografia e da cartografia enquanto campos correlatos e co-implicados, percebe-se um deslocamento relevante a partir do final do século XX. Trata-se da compreensão do espaço a partir da imbricação deste à dimensão temporal e à ação dos sujeitos/atores sociais (BRESSOLIER apud GOMES, 2004: 74). Tal compreensão configura um enredamento de micro-poderes nestes campos, portanto, apropria-se deste deslocamento, dada a sua pertinência no contexto da presente análise, para conduzir os próximos itinerários do fazer cartográfico no urbanismo.

O campo da filosofia no que tange a produção de Gilles Deleuze, Felix Guattari e Suely Rolnik consiste noutro estrato potente de movimentos para as reflexões acerca da cartografia. Neste, as idéias de mapa e cartografia encontram-se problematizadas por argumentos-agenciamentos cunhados pelo posicionamento ético-político-estético da esquizo-análise ou filosofia da multiplicidade. É importante ressaltar, que tal como um estrato, os posicionamentos sugeridos por estes autores são múltiplos, não se compatibilizam absolutamente.

A fugacidade e instabilidade enquanto imanência dos investimentos da vida social provocam uma abrupta ruptura na presente análise. O deslocamento desta vez não se trata de uma mudança de nível, de foco, como no último caso relatado, mas uma alteração de natureza. Cartografia enquanto prática desdobra-se num mapa? Quais posicionamentos destes autores podem ser apropriados para o campo do urbanismo, no sentido de potencializar as intersecções cartografia-urbanismo, e de provocar outras atitudes investigativo-produtivas?

A tensão citada anteriormente entre representação e produção pode ser problematizada a partir do estrato filosófico em questão. O agenciamento Deleuze[]Guattari suscita distinções entre mapa e decalque, produções resultantes de

atitudes investigativas correlatas às idéias de representação e produção respectivamente. E o agenciamento Guattari/Rolnik expande a discussão de mapa e cartografia para as noções de micro e macro-política e, para um fazer coletivo.

Nestes agenciamentos coloca-se em foco os movimentos do campo de forças que produzem as configurações do mundo- subjetividades- políticas. A idéia de cartografia refere-se à prática de construção de um campo de forças no sentido da emergência dos processos em contraposição às resultantes formais ou categóricas destes. As resultantes formais como um todo estático, estratificado sobre uma realidade fixa – neste caso, uma cidade fixa – sob o viés da representação, são operadas pela prática do decalque.

Os mapas, na perspectiva destes autores, agem por conexão, por variação, performance em co-produção com os processos. Decalques reproduzem-se sobre um campo de forças e mapas emergem com o campo. A diferença entre *sobre* e *com* retoma a idéia da existência de um a priori em contraposição ao *com* que pressupõe o agenciamento coletivo de forças, a performance e o devir dos processos, inclusive o devir-outro de uma proposta investigativa, assim que esta se engendra no campo de forças.

O autor compõe esta análise a partir da Psicanálise e da Lingüística, em que o decalque consiste no modo de operação hegemônico sobre um objeto tomado a priori como todo cristalizado enquadrado em estruturas rígidas, complexos cristalizados, cuja finalidade é a descrição de algo já feito, de um fato cujas relações inter-subjetivas encontram-se estabilizadas. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, vol.1)

A discussão sobre o decalque reporta-se à lógica arborescente, princípio criado pelo autor para problematizar a forma de pensar hegemônica sobrecodificada pelos paradigmas da modernidade. A Psicanálise, sistema centrado e hierarquizado no inconsciente freudiano, decalcado sobre os domínios do pai, da mãe, do falo, tal como uma foto de família, equaciona os pressupostos do decalque e da lógica arborescente.

*Vê –se bem como Melanie Klein não compreende o problema de cartografia de uma de suas crianças pacientes, o pequeno Richard, e contenta-se em produzir decalques estereotipados – Édipo, o bom e o mau papai, a má e boa mamãe – enquanto que a criança tenta com desespero prosseguir uma performance que a psicanálise desconhece absolutamente.* (DELEUZE & GUATTARI, 1997, vol.1, 22)

O desespero da criança é um tipo de investimento social disruptivo, dissonante, ruidoso, fluxos de variação contínua num intenso processo de devir-outro da criança. Estes fluxos escapam aos complexos cristalizados, não encontram equivalentes nos modelos e estruturas pré-definidas e formalistas. Entretanto, para efeito de compreensão, nos moldes paradigmáticos da modernidade estruturalista-evolucionista classifica-se, descreve-se, estratifica-se em tipos e ignora-se as singularidades destas subjetividades.

O agenciamento dos processos em enunciações coletivas, sua construção *com* o campo de forças, figuram a idéia da co-implicação entre produção da pesquisa e campo investigativo. Ambos transfigurados em campo de forças, composto ele também pelo vetor-força pesquisador. A alteração efetiva-se na atitude (*ethos*) investigativa, que esforça-se em flexibilizar os princípios da hierarquia, centramento e enquadramento em referentes pré-concebidos, para compor um sistema a-centrado.

Por estas interferências pode-se retomar a questão da cognição e por isto, a pertinência de pensar a Psicanálise, o Urbanismo e a Lingüística. Pensá-los na perspectiva das convergências, à medida que estes campos foram interceptados pelo deslocamento da prática da cartografia. A tensão entre decalque e mapa explicita modos distintos de operação nestes campos, no sentido da produção de cartografias, processo relevante nestes campos, por confrontarem-se com produção de subjetividades. Pensando a cidade do ponto de vista das micropolíticas, como um campo potente de intensidades, investidos de fluxos-forças tal como vetores, deflagram-se incessantes movimentos traduzidos pela idéia de performance. *Uma transdução de estados intensivos substitui a topologia, e o grafismo que regula a circulação de informação é de algum modo oposto ao grafismo hierárquico.* (DELEUZE & GUATTARI, 1997, vol.1: 27)

Grafismo hierárquico associa-se à dimensão de saber-poder sugerido por Foucault, inerentes aos múltiplos modos de produção de subjetividade na esfera cotidiana, científica, estatal e em todas estas co-implicadas na produção de cartografias no urbanismo. Este grafismo compõe os sistemas complexos - no sentido das estruturas hierarquizadas, auto-referentes e centradas - relativos à linguagem sectária supracitada. Entretanto, a análise por oposição entre mapa e decalque coloca novamente a abordagem dualista, tal como pontua o autor, apontando para a co-implicação de tais produções:

*O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: um age como modelo e como decalque transcendentais, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico. Não se trata de tal ou qual lugar sobre a terra, nem de tal momento da história, ainda menos tal ou qual categoria no espírito. Trata-se de um modelo que não pára de se erigir e de se entranhar, e do processo que não pára de se alongar, de romper-se e de retomar. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, vol.1, 27-32)*

As interações entre mapa e decalque, por constituírem movimentos de interceptação constantes, instauram o devir-decalque dos mapas e o devir-mapa dos decalques. Estes devires são concebidos como estados intensivos, vetores-força em indissociáveis configurações. Numa análise correlata, a cidade como processo e imanência não pára de se irromper nos domínios da cidade modelo, categorias.

As mobilizações da vida social investidas de uma emoção coletiva e singular produzem e são produzidas por cidades. A problematização contemporânea, ainda produz cartografias dualistas, como as cidades e espaços enquadrados nas seguintes categorizações: formais, informais; legal e ilegal; público e privado; planejado e não-planejado; local e global. Classificações hegemonicamente recalcadas na fragmentação das cidades em áreas, partes homogêneas, que não apreendem as passagens e intersecções entre estas categorias.

Processo e modelo são idéias-chaves no estrato filosófico em questão, associando-se à lógica do mapa e do decalque respectivamente. Neste mesmo estrato filosófico, zona de heterogeneidade e interação, o agenciamento Guattari[]Rolnik propõe outros sentidos. Trata-se de um deslocamento da prática cartográfica já radicalmente deslocada de pressupostos tais como a representação, a hegemonia da variável espaço e a ação cognitiva imparcial impregnada da transparência e autoridade científica. Ainda que se perceba uma diferença do agenciamento Deleuze[]Guattari para o agenciamento Guattari[]Rolnik com relação ao sentido de mapas e cartografias, identifica-se a articulação entre todos estes pensadores-filósofos, por compartilharem a condição micropolítica da produção cartográfica.

O agenciamento Guattari[]Rolnik sugere a contraposição entre as idéias de mapa e a própria noção de cartografia, situando-os em sistemas distintos, com específicos modos de operação. Sob este foco da distinção, os mapas referem-se à macro política, sistemas de visibilidade transparentes, captados a olho nu, onde se efetivam o encontro dos territórios enquanto imagens reconhecíveis a priori. Neste

plano, *a individuação forma unidades e a multiplicidade, totalizações*. (ROLNIK, 2006: 60)

As cartografias constituem o plano das micropolíticas, em que os sistemas de visibilidade acionam a dimensão da experiência em busca da densidade da tessitura dos vetores-força. Nesta composição espreita-se as passagens entre os territórios, os movimentos de des-re-territorializações, as opacidades e mutações de determinado campo de forças, priorizando a condição processual da produção social e histórica da vida, em detrimento das composições estritamente formalistas e categóricas.

*O que temos aqui são: artigos indefinidos não atribuíveis a qualquer espécie de unidade individual (a noivinha), mas que nem por isso são indeterminados – eles correspondem a singularidades (uma noivinha); verbos no infinitivo, mas que nem por isso indeferenciados – eles marcam processos, devires; nomes próprios não sujeitos, pessoas ou eus, mas de operações estratégicas do desejo, na matéria não formada das intensidades*. (ROLNIK, 2006: 60)

A reflexão da autora é operada por um modo de abstração correlato ao campo investigativo em que se encontra e demarca uma diferença com relação aos modos de abstração do urbanismo. Este se confronta, via de regra, com a produção de territórios, no sentido de intensidades formadas processualmente, configurações transitórias, resultantes da interação instabilidade-estabilidade. A produção de territórios, do ponto de vista do urbanismo, agencia uma força ativa que investe os espaços de determinado sentido, atrelado a uma imagem, um discurso e uma forma. Sentido, imagem, discurso e forma enquanto instâncias articuladas, que revelam a dimensão de poder implicada nestes enredamentos.

Pensar a produção cartográfica pelo viés micropolítico amplia inclusive a noção de território, desestabiliza os pressupostos hegemônicos do urbanismo formalista – estruturalista e flexibiliza a atitude cognitiva que a realiza. O estudo de Vera da Silva Telles intitulado *Trajетórias urbanas: fios de uma descrição da cidade*<sup>1</sup> deflagra uma abordagem urbana sob o princípio da mobilidade, distinto da fragmentação da cidade e da sedentarização de seus fluxos.

A autora apresenta uma atitude investigativa, no sentido ético-político, desestabilizador da representação da cidade a partir de fronteiras e territórios fixos, de indicadores sócio-econômicos que localizam e fixam áreas de riqueza e pobreza no mapa da cidade e enquadram processos em binaridades clássicas – formal/ informal,

<sup>1</sup> Este texto é uma versão resumida do livro "Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios", obra em co-autoria com Robert Cabanes.

centro/periferia, emprego/moradia, trabalho/família. O posicionamento crítico revela uma aproximação entre a autora e o agenciamento Rolnik[]Guattari no que tange às distinções entre mapa e cartografia apontadas acima.

Este estudo propõe um percurso exploratório do espaço urbano articulando trajetórias sociais, mobilidades urbanas apreendidas a partir de deslocamentos espaciais, ocupacionais e habitacionais. Nesta reflexão, compõe-se uma complexa trama entre tempos biográficos, tempos sociais e espacialidades transcorridas. Passagens entre campos de práticas e, portanto, entre territórios no sentido das micropolíticas, cuja simultaneidade de configurações realiza-se também pelos deslocamentos. A cidade, neste caso, é cartografada a partir dos trajetos, das conjugações e conexões que formam zonas de turbulências no território urbano, subvertendo a concepção rígida e estanque das categorizações e enquadramentos do espaço urbano em limites – territórios fixos.

*Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é tão simplesmente fazer o traçado linear de seus percursos (pontos de partida, pontos de chegada)... Espaço e tempo são imbricados em cada **evento de mobilidade**, de tal modo que mais importante do que identificar os pontos de partida e os de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas. E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de forças operantes no mundo urbano: a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana. (TELLES, 2006: 5-6)*

A condição indissociável entre tempo e espaço, a distinção marcada com relação à cartografia física e o questionamento da representação do deslocamento pelo traçado linear apontam conexões com a discussão sobre cartografia aqui explorada. O mundo urbano enquanto campo de forças retoma a analítica de Foucault, e configura outro ponto de intersecção entre estas duas reflexões. Trata-se, portanto, de uma abordagem da cidade não como um modelo, mas como fluxos, em que a mobilidade configura o paradigma de análise.

A idéia de mobilidade e, por conseguinte de trajetos é relevante para esta discussão acerca da cartografia, à medida que suscita um argumento importante na crítica ao pensamento urbanístico hegemônico. Certeau dialogando com Françoise Choay contribui na construção de um posicionamento crítico relativo à racionalidade

devastadora do planejamento e do discurso urbanístico; à opção por um não-tempo, que ignora as práticas ordinárias urbanas; e à criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade, a partir da totalização de suas propriedades em operações especulativas e classificatórias. (CERTEAU, 1994)

Na perspectiva deste autor, a cidade é hegemonicamente lida de cima referenciando-se no sistema panóptico proposto por Foucault. As ferramentas deste sistema de visibilidade são o olhar solar ou divino, que converte em legibilidade a complexidade das pulsações do mundo urbano, fixando-as num texto transparente e num tempo único. Entretanto, tais pulsações escapam incessantemente a este modo de apreensão da cidade, em que o corpo encontra-se desenlaçado das ruas, onde uma opaca mobilidade constitui práticas ilegíveis e teimosas ao olhar celeste. Esta reflexão abarca também a relação entre mapas e percursos, enquanto sistemas desconectados na contemporaneidade, entretanto, absolutamente co-implicados em outros tempos-espacos.

*Tem-se assim a estrutura do relato de viagem: histórias de caminhadas e gestas são marcadas pela “citação” dos lugares que daí resultam ou que as autorizam. Segundo esta maneira de ver, pode-se comparar a combinação dos “percursos” e dos “mapas” nos relatos cotidianos com a maneira como são, há quinhentos anos, imbricados, e depois lentamente dissociados nas representações literárias e científicas do espaço. Em particular, tomando-se o “mapa” sob a sua forma geográfica atual, parece que no decurso do período marcado pelo nascimento do discurso científico moderno (séculos XV-XVII) ele se foi aos poucos separando dos itinerários que constituíam sua condição de possibilidade. (CERTEAU, 1994: 205)*

A imbricação mapa-itinerário desestabiliza-se pelas mutações das relações entre saberes, poderes e modos de subjetivação deflagradas com a emergência do discurso científico moderno, do qual o urbanismo é uma das conformações. Os percursos, tal como sugere o autor, correspondem às operações, aos modos de fazer, uma ação e por conseguinte, um processo que incorpora uma gesta. Uma mobilidade muitas vezes opaca do ponto de vista de um grafismo hierárquico, definido por um determinado saber-poder que tenta atribuir autonomia e universalidade aos mapas.

### **Apontamentos finais**

Os modos de produzir cartografias no urbanismo ampliam-se a partir dos deslocamentos apontados acima. Outras dimensões possíveis deste fazer tencionam os pressupostos hegemônicos, concernentes a uma herança positivista e formalista do

saber-poder urbanístico. A co-implicação dos campos do conhecimento - filosofia, psicologia e urbanismo - nesta abordagem, revelam atitudes cognitivas investidas de uma sensibilidade atenta à relação e descoberta do outro e ao posicionamento ético-político do pesquisador na ação investigativa. Os campos da filosofia e psicologia são relevantes na compreensão do outro e, portanto na problematização das cidades, do ponto de vista da não universalidade e não homogeneização de processos e sujeitos da ação.

Depara-se, portanto, com pistas sobre a prática cartográfica constituída sobre uma ética não universalista, mas singular. Singularizada pelo território que se conforma pela experiência e olhar enlaçado com as ruas. A atitude cognitiva na descoberta do outro e, por conseguinte, na produção- agenciamento- desenho de outras cidades pode investir-se de modos de investigação e visibilidade afeitos à condição processual da cidade, das pulsações do mundo urbano e seus devires.

As tensões entre mapas e decalques propostos por Deleuze e Guattari; entre cartografias e mapas por Rolnik e Guattari e, entre trajetos e mapas por Certeau conectam-se ao posicionamento de Maricato e Telles no tocante à produção de cidades e modos de compreendê-las. A idéia de conexão entre tais saberes e dos deslocamentos de uma prática refere-se à perspectiva das micropolíticas, engendramentos provocadores de tensões e variações das hegemonias estabilizadas.

A desestabilização do próprio sujeito-pesquisador configura um investimento micropolítico, estratégia potente no plano dos saberes e, portanto, dos poderes e micropoderes urbanos. Esta texto traçou um trajeto exploratório em torno da produção de cartografias enquanto sistemas de visibilidade opacos, não universais, cujas formas de conteúdo e expressão podem produzir outras cidades e outros sujeitos das suas ações urbanas.

### **Referências:**

ARANTES, O. , VAINER, C. E MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CERTEAU, Michel **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix **Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia** Rio de Janeiro: ed 34, vol. 1, 1995.

FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1999.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S.. **Micropolítica. Cartografias do desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; editora da UFRGS, 2006.

TELLES, Vera da Silva. **Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade.** In Vera da Silva TELLES, e Robert CABANES (orgs.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.